



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO
SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

No segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém, sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Iniciado o Horário do Expediente, o presidente comunicou que o vereador Fernando Carneiro sofrera um pequeno acidente no dia anterior e estava assim impossibilitado de comparecer à sessão. Posteriormente pronunciaram-se os vereadores inscritos. Toré Lima comentou sobre a eleição de Jáder Filho como novo presidente do MDB no Pará, tendo como 1º vice-presidente o deputado federal José Priante e o senador Jáder Barbalho como novo presidente de honra do partido. Tal fato ocorreu no sábado anterior, 31/08/2019, no plenário Newton Miranda, na Assembleia Legislativa do Pará – ALEPA. Destacou que o MDB atualmente está à frente do governo estadual e teve participação importante no desenvolvimento do Pará. Qualificou o novo presidente do partido como um empresário visionário, com a juventude e o conhecimento necessários para levar a agremiação a alçar voos mais altos. Pontuou que Jáder Filho é diretor-presidente do Grupo RBA de Comunicação e trouxe a esta empresa desenvolvimento e destaque em nível nacional. Julgou que não será diferente na condução do MDB em nosso estado. Considerou que o partido tem no governador Hélder Barbalho a grande inovação em termos de ideias e de enfrentamento aos problemas de que o Pará tanto precisa. Parabenizou Jáder Filho por sua eleição, manifestando sua esperança de que ele possa, juntamente com o partido, contribuir para o desenvolvimento de nosso estado e da Amazônia. Expressou depois preocupação com a situação da floresta, atingida pelas queimadas. Informou que, neste dia, nove ministros estarão reunidos com o governador Hélder Barbalho para buscar formas de evitar que os incêndios voltem a ocorrer. Emerson Sampaio agradeceu a seus pares pela aprovação, no início de 2017, de um requerimento de sua autoria cobrando do governo do estado a duplicação da Rodovia do Tapanã e da Rua Yamada. Explicou que tal obra deveria ter sido iniciada desde janeiro de 2014, mas, após muita luta, isto somente ocorreu em dezembro de 2017. Reportou que hoje o trabalho está avançando, mas os postes de iluminação pública estão ficando no meio da via. Externou que a construtora não pode parar sua atividade para que a Celpa Equatorial faça a realocação. Assim sendo, a concessionária de energia, por demorar a retirar os postes, está colocando vidas em risco. Pediu então à Celpa Equatorial que aja responsabilmente e faça o remanejamento, comentando que, pelo cronograma da empresa, isto somente será feito em março de 2020, enquanto a Rodovia do Tapanã estará pronta em dezembro vindouro. Sobrelevou o grande poder e influência que a concessionária de energia tem, cometendo desmandos contra a população paraense, sendo alvo de denúncias, mas sempre conseguindo derrubar as decisões judiciais que lhe são desfavoráveis. Pediu apoio aos demais vereadores para que se pressione a Celpa Equatorial a fazer a realocação dos postes da rede de energia, evitando assim riscos para a população. Em aparte, manifestou-se a vereadora Nilda Paula. Amaury da APPD recordou ter sempre denunciado que Bolsonaro não tinha responsabilidade com a Amazônia e com o povo brasileiro. Denunciou que o governo federal sabia da campanha promovendo o dia dez de agosto como o Dia do Fogo, mas se omitiu. Pior que isso, continuou, Bolsonaro dificultou a atuação do IBAMA e de outros órgãos fiscalizadores do meio ambiente, permitindo que os criminosos pudessem incendiar a Amazônia. Pontificou que ao longo dos últimos 50 anos a floresta tem sido devastada por políticas governamentais que, ao invés de protegê-la, entregaram-na a setores criminosos da sociedade brasileira. Recordou que quando foram abertas a Rodovia Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, no início da década de 1970, o slogan utilizado pelo governo militar era "Integrar para entregar". Hoje, comparou, um militar no poder, em apenas oito meses, entrega a floresta aos latifundiários para que a incendeiem e a transformem em pasto. Referiu-se à declaração da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, de que querem criminalizar o agronegócio. Expressou que as queimadas não interessam a ninguém senão ao agronegócio, observando que os fazendeiros têm plena capacidade de realizá-las. Apontou que as pesquisas de opinião divulgadas na noite anterior mostram o rumo que o governo está tomando. Mencionou os debates realizados na reunião do G7, ocorrida na semana anterior, observando que

Bolsonaro ainda tenta se opor aos países que ajudam na preservação da Amazônia. Relatou que hoje há nove ministros em nosso estado buscando reverter a crise provocada pelas queimadas. Opinou que os governadores dos estados da região amazônica devem responsabilizar o governo federal, advertindo que culpar gestões passadas tornou-se prática retórica de governos que nada fazem. Lamentou tudo que tem acontecido ultimamente à Amazônia e que até o presente momento nada se tenha de concreto para combater o fogo que atinge a floresta. Fez votos de que as reuniões envolvendo os governadores da região amazônica – a serem realizadas em Belém e Manaus – levem a ações eficazes no combate às queimadas. Findo este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas, em nome da Câmara Municipal de Belém, cumprimentou o vereador Igor Andrade pelo seu aniversário no dia anterior. Nehemias Valentim ponderou que as queimadas não deveriam acontecer, mas existe a cultura de que o fogo é que limpa o terreno. Argumentou que as pessoas, pela falta de tecnologia e equipamentos, fazem-nas com a intenção de plantar alguma coisa. Alegou que os altos preços, os juros altos, os impostos e a falta de financiamento tornam difícil a obtenção de máquinas mais modernas ou mesmo a instalação de energia solar. Estimou que se todos produzissem energia o Brasil estaria em uma situação privilegiada, mas isso não ocorre porque o governo não contribui. Ressaltou não estar criticando o governo Bolsonaro, explicando que esta situação já se dá há muito tempo. Reputou que em nosso país o governo não tenta sair das crises através do trabalho e da determinação, tenta fazê-lo gerando impostos e criando situações que oneram as empresas, levando-as muitas vezes à falência. Em aparte, manifestou-se o vereador Pablo Farah. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do MDB – PHS, Pablo Farah mencionou a eleição à presidência do MDB no Pará do empresário Jáder Filho, com a adesão ao partido da deputada estadual Renilce Nicodemos e do atual presidente da ALEPA, Dr. Daniel Santos. Disse ter certeza de que o MDB crescerá ainda mais em nosso estado sob a presidência de Jáder Filho e do deputado federal José Priante. Discorreu que Jáder Filho tem experiência empresarial e aliará isso à política, assegurando que ganhará com isso a sociedade paraense. Externou depois seu entusiasmo por ter participado, no dia anterior, do evento de lançamento do projeto do governo estadual "Governo presente, feira decente", ocorrido no clube social Casota, com a participação de feirantes e lideranças comunitárias. Fez um breve resumo da história do mercado do Ver-o-Peso expondo que, inicialmente, no ano de 1625, chamava-se Casa de Haver o Peso, transformando-se, ao longo do tempo, em um patrimônio histórico e imaterial, sendo tombado pelo IPHAN em 1977. Julgou que as brigas partidárias prejudicaram o Ver-o-Peso, os feirantes e os frequentadores daquele logradouro. Comentou que hoje se veem feiras imundas, fétidas, sem condição de receber a população. Ajuizou, porém, que não se pode culpar apenas o prefeito Zenaldo Coutinho, julgando que todos os políticos são culpados e têm uma dívida histórica para com os feirantes em nossa cidade. Fez notar que no Ver-o-Peso não há sequer um espaço para atendimento médico de emergência que auxilie os trabalhadores e frequentadores em alguma eventualidade. Reconheceu que a feira do Ver-o-Peso está em ruínas, assim como a feira do Juronas, mas manifestou confiança de que estes espaços serão reerguidos. Defendeu a criação de uma força tarefa envolvendo as esferas municipal, estadual e federal para promover a recuperação das feiras de Belém. Pelo bloco PC do B – PT, Amaury da APPD reportou-se à 23ª Feira Pan-Amazônica do Livro, encerrada no dia anterior. Contou que todos os anos a frequentada em busca de tecnologia que lhe dê acesso à informação. Avaliou que neste ano a Feira teve um novo formato que possibilitou a discussão de outros temas além do livro, tais como a mulher, a poesia, os negros e os autistas. Assinalou ter participado das discussões referentes a este último tópico na arena ali montada, constituindo isto uma experiência muito interessante. Teve então a oportunidade de dizer a todos os presentes que não se pode pensar em bibliotecas – sejam públicas, escolares ou comunitárias – somente para uma parte da população. Observou que hoje existem mecanismos que permitem às pessoas cegas, deficientes auditivas, portadoras da síndrome de Down ou outras deficiências terem acesso à leitura. Entretanto, continuou, se as pessoas portadoras de deficiência procurarem informações em uma biblioteca em Belém, nenhuma delas estará equipada com tecnologias assistivas que oportunizem a leitura. Relatou depois ter estado na semana anterior com o prefeito Zenaldo Coutinho, juntamente com o vereador Fabrício Gama, e levado até ele a necessidade de dotar as bibliotecas municipais de equipamentos com esta finalidade. Inteirou também que, em reunião na Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, informara aos presentes que o vereador Zeca Pirão já havia, através de ofício, solicitado à secretária Leila Freire a aquisição de equipamentos que dessem acessibilidade de leitura e informação às pessoas com deficiência visual. Parabenizou os organizadores da Feira Pan-Amazônica do Livro e o governo do estado pelo formato mais inclusivo adotado nesta edição, mas reiterou a necessidade de ampliar a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência. Falando em seguida pela liderança da Oposição, Amaury da APPD, ponderou ser necessário sensibilizar as autoridades para a demanda por acessibilidade e quebrar as barreiras que impedem ou dificultam a adoção de medidas que a ampliem. Contou que, durante os debates ocorridos na Feira, houve concordância quanto à necessidade de expandir o número de bibliotecas nos distritos de Belém e equipar melhor as bibliotecas das escolas. Voltou, porém, a destacar a relevância de garantir a acessibilidade. Fez notar que o uso do sistema braile é importante. Observou, entretanto, que isto já não acompanha


a evolução da tecnologia e faz-se necessário incorporar novas ferramentas para a leitura e acesso à informação. Recordou que quando fez mestrado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, em 1983 e 1984, teve grande dificuldade porque a prova era realizada um mês depois da entrega dos livros. A grande quantidade destes tornava impraticável a leitura, sendo necessário então passá-los para fitas cassete para ouvi-los e assim ter acesso. Avaliou ser então humanamente impossível ter um bom desempenho acadêmico nessas condições. Parabenizou depois o vereador Zeca Pirão por sua luta pela acessibilidade e informou que um dos filhos deste parlamentar é deficiente visual. Ressaltou que, apesar do trabalho de Zeca Pirão em prol desta causa - cobrando das autoridades e participando do debate junto com a APPD - ninguém o vê tendo a este respeito atitudes sensacionalistas. Em aparte, manifestou-se a vereadora Professora Nilda Paula. Após este pronunciamento, o presidente Mauro Freitas comunicou à plenária sobre a realização de uma reunião na Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SEGUP. Pediu a todas as lideranças partidárias que a ela compareçam, explicando que se objetiva dobrar o número de carteiras de identidade fornecidas diariamente pelo Núcleo de Atendimento ao Cidadão – NACI. Pela bancada do PSDB, Paulo Queiroz aludiu ao projeto de lei que apresentou nesta Casa estabelecendo a obrigatoriedade de casas de repouso, abrigos, creches e outras instituições destinadas ao atendimento de idosos, crianças e pessoas com deficiência instalarem em suas dependências internas e áreas comuns sistemas de monitoramento com câmeras de vídeo. Aditou que leis semelhantes já vigoram em outras capitais brasileiras, sendo tal legislação justificada pela ocorrência cada vez mais comum – conforme comprovam inúmeros registros - de violência física e psicológica perpetrada contra crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Passando à leitura da justificativa do projeto, externou que muitas dessas situações somente se tornaram públicas graças aos sistemas de gravação e transmissão de vídeos instalados em alguns espaços públicos e privados. Citou que a Lei Orgânica do Município de Belém, em consonância com a Constituição do Pará e com a Constituição Federal, estabelece, em seu artigo 236, que a criança e o adolescente têm prioridade em receber socorro em qualquer circunstância e preferência no atendimento do órgão público municipal de qualquer Poder. Acrescentou que o artigo 240 dispõe que o município estabelecerá um conjunto de normas mínimas a serem observadas por asilos e outras instituições que abrigam idosos. Além disso, continuou, o artigo 37 determina que compete ao município, no âmbito de sua autonomia, promover o bem estar de sua população, dispor e cuidar de seu peculiar interesse, cabendo-lhe especialmente fiscalizar, legislar, estabelecer critérios e adotar as medidas necessárias à diminuição da violência urbana em geral e, em especial, à diminuição da violência contra a mulher, a criança, o idoso e o portador de deficiência. Portanto, ajuizou, a municipalidade tem o dever de promover todos os meios disponíveis para que os direitos de idosos, crianças e pessoas com deficiência sejam efetivados e protegidos. Lucubrou que a tecnologia usada tantas vezes para propagar o mal pode e deve ser utilizada para o bem dos hipossuficientes, amparados pela lei proposta. Manifestou a esperança de que este projeto tenha parecer favorável nas comissões e seja depois aprovado por seus pares neste plenário, pois será de grande valia para nossa cidade. Pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR, Marciel Manão relatou ter sido indagado por muitas pessoas - no dia anterior, ao caminhar pelas ruas de Icoaraci - a respeito da falta de água que atinge a antiga Vila Sorriso. Externou que, sendo morador da localidade e representando seus habitantes neste parlamento, jamais se calaria em tal situação. Procurou então informar-se a respeito junto à Cosanpa e disseram-lhe que esta interrupção de fornecimento decorria da manutenção da caixa d'água que serve a vila, mas o atendimento estaria normalizado no dia seguinte. Caso isso não ocorresse, pediu o apoio dos demais vereadores para solucionar este problema de abastecimento. Lembrou o esforço conjunto dos parlamentares da CMB, logo no início desta legislatura, para eliminação do odor, gerado pelos curtumes, que atormentava os moradores de Icoaraci. Disse que o mau cheiro ainda existe, mas foi reduzido em 90%. Chamou a atenção para o fato de que muitos vereadores foram bem votados na vila, sendo responsabilidade de todos atuar em prol daquela população. Pediu então que os parlamentares deste Poder fossem até a Cosanpa e, se possível, conversassem com o presidente da companhia para obter uma solução para a falta de água que atinge Icoaraci. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Mauro Freitas solicitou aos demais vereadores que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foi feita então a leitura da matéria constante na pauta desta parte. O vereador Êmerson Sampaio pediu então Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. O vereador Sargento Silvano manifestou-se depois e pediu a seus pares que fizessem uma visita ao vereador Joaquim Campos, internado já há vários dias, recuperando-se de uma séria operação no coração. Foi feita então a leitura e votação do requerimento do vereador Neném Albuquerque solicitando a concessão de três dias de licença parlamentar, no período de 26 a 28 de agosto de 2019, sendo este aprovado pela plenária. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Êmerson Sampaio solicitando a concessão de três dias de licença parlamentar, no período de 26 a 28 de agosto de 2019, sendo este aprovado pela plenária. Foi feita posteriormente a leitura e votação do requerimento do vereador Adriano Coelho solicitando um dia de licença parlamentar, em 04/09/2019, o que foi aprovado pela plenária. Fez-se depois a leitura do



requerimento do vereador Moa Moraes solicitando a realização de uma sessão especial para discutir a Lei Municipal nº 9353, de 02/01/2018, que dispõe sobre a instalação de portões, cancelas, correntes ou similares na entrada de vilas, ruas ou qualquer via denominada rua sem saída. Fizeram o encaminhamento os vereadores Moa Moraes (com aparte da vereadora Nazaré Lima), Sargento Silvano, Igor Andrade e Mauro Freitas (assumindo a presidência da Mesa a vereadora Simone Kahwage). Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Reassumiu então a presidência da Mesa o vereador Mauro Freitas. Justificaram depois seus votos a vereadora Nilda Paula e os vereadores Moa Moraes e Toré Lima. Foi feita em seguida a leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a realização de uma sessão especial, em data a definir, para discutir a reestruturação da Receita Federal na Amazônia e potenciais riscos para a arrecadação federal de impostos para a segurança. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura do requerimento do vereador Rildo Pessoa solicitando a realização de uma sessão especial, no dia 23/09/19, para comemorar o Dia da Proclamação ao Mundo para a Família. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Rildo Pessoa. Fez-se a seguir a leitura do requerimento da vereadora Simone Kahwage solicitando a realização de uma sessão especial, em data a combinar, com o objetivo de discutir e destacar o tema "Mais mulheres na política". Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, foi feita a verificação de presença. Havendo quórum, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. Passou-se então à discussão única e votação, com dispensa de interstício, do projeto que "Institui o sistema 'A mulher na política' dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política no âmbito do município de Belém", relativo ao Processo nº 420/17, de autoria da vereadora Simone Kahwage. Na discussão, pronunciou-se o vereador Toré Lima. A vereadora Simone Kahwage pediu então Questão de Ordem solicitando que os artigos do projeto e suas emendas fossem votados em bloco e de forma simbólica, o que foi aprovado pela plenária. Foi feita então a leitura do projeto e de suas emendas, supressivas ao artigo 2º, ao artigo 4º e ao artigo 5º. Em seguida, este foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto que "Institui o sistema 'A mulher na política' dispondo sobre medidas de incentivo à participação da mulher na atividade política no âmbito do município de Belém", relativo ao Processo nº 420/17. Não havendo mais matéria em pauta disponível para discussão e votação, o presidente Mauro Freitas encerrou a sessão às onze horas. Estavam licenciados os vereadores Fernando Carneiro e Joaquim Campos. Justificaram suas ausências os vereadores Altair Brandão, Blenda Quaresma, Dr. Chiquinho, Fabrício Gama e França. Estiveram presentes os vereadores: Dr. Elenilson, Mauro Freitas, Professor Elias e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Bieco, Marciel Manão e Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Dinelly e Wellington Magalhães, pelo bloco PSC – PPS; Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, Moa Moraes e Paulo Queiroz, pela bancada do PSDB; Henrique Soares, pela bancada do PDT; Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage e Toré Lima, pela bancada do PRB; Émerson Sampaio, pelo PP; Neném Albuquerque, pelo PSL. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 02 de setembro de 2019.


1º Secretário


Presidente


2º Secretário